

ARIANA CÁRITA DE ASSIS MARINHO SILVA

**Percepção ambiental e disposição a pagar por bens ambientais:
estudo de caso do Parque Flamboyant – Goiânia / GO**

**GOIÂNIA
2013**

ARIANA CÁRITA DE ASSIS MARINHO SILVA

**Percepção ambiental e disposição a pagar por bens ambientais:
estudo de caso do Parque Flamboyant – Goiânia / GO**

Trabalho apresentado para
obtenção do título de
especialista em Economia e
Meio Ambiente no curso de
Pós-Graduação em Economia e
Meio Ambiente do departamento de
Economia Rural e Extensão,
Setor de Ciências Agrárias,
Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. M.Sc. Elaine Alves Lobo Correa

**GOIÂNIA
2013**

Dedico este trabalho à todos aqueles que tem
compelido seus esforços à sustentabilidade
ambiental, sejam estas forças acadêmicas,
profissionais, emocionais ou filosóficas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a M. Sc. Elaine Alves Lobo Correa pela atenção e empenho e pela gratificante orientação.

Agradeço, ainda, à Lorena C. Quadros Corrêa, tutora, sempre atenciosa e disposta à perguntas cabíveis, ou não, além de sua compreensão e orientação nas diversas atividades durante o curso. Seu trabalho possibilitou a verdadeira aproximação de nós cursistas ao ambiente virtual, aos Professores e à UFPR.

RESUMO

É crescente o número de parques e áreas verdes implantadas pela Prefeitura Municipal de Goiânia. Crescente é, também, o número de frequentadores que buscam a qualidade de vida associada a estes locais. Nesta perspectiva buscou-se verificar, por meio de entrevistas pautadas em um questionário, se a tendência de crescimento da disposição a pagar pelos ativos ambientais presentes no Parque Municipal Flamboyant estava diretamente associada ao crescimento do nível de consciência ambiental dos visitantes. Contudo, em uma pequena parcela amostral, foi possível perceber a não associação destas variáveis, uma vez que a maioria (95%) dos entrevistados correlacionou a disposição a pagar ao surgimento de novas taxas e impostos municipais. Nestas circunstâncias, foi possível concluir que a disposição a pagar pelo ativo ambiental não acompanha a elevação do nível de consciência ambiental dos frequentadores do Parque Flamboyant em Goiânia.

Palavras – chave: Parque Flamboyant, Valoração Ambiental, Nível de Consciência Ambiental.

ABSTRACT

A growing number of parks and green areas implemented by the Municipality of Goiânia. Crescent is also the number of patrons who seek quality of life associated with these sites. In this perspective we attempted to verify through interviews guided by a questionnaire, the growing trend of willingness to pay for environmental assets present in the Flamboyant Municipal Park was directly associated with the increased level of environmental awareness of visitors. However, in a small sample plot was not possible to realize the combination of these variables, since the majority (95%) of respondents correlated to willingness to pay to the emergence of new fees and taxes. In these circumstances, we conclude that the willingness to pay for environmental assets not included raising the level of environmental awareness of Park Flamboyant in Goiania.

Keywords: Flamboyant Park, Environmental Valuation, Level of Environmental Awareness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS.....	3
2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
3 REFERENCIAL TEÓRICO	4
3.1 CIDADE DE GOIÂNIA CAPITAL DE GOIÁS	4
3.2 VALORAÇÃO AMBIENTAL.....	5
3.3 NÍVEL DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.....	6
4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	7
4.1 ÁREA DE ESTUDO.....	8
4.1.1. Goiânia.....	8
4.1.2. Parque Municipal Flamboyant.....	9
4.2 NÍVEL DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL.....	12
4.3 DISPOSIÇÃO A PAGAR	13
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
6 CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
APÊNDICE	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização dos Parques e Bosques do município de Goiânia.	8
Figura 2. Localização de Goiânia no Estado de Goiás.....	10
Figura 3. Localização do Setor Jardim Goiás no Município de Goiânia.....	10
Figura 4. Vista por Satélite do Parque Flamboyant	10
Figura 5. Vista aérea do Parque Flamboyant.....	11
Figura 6. Vista de um dos lagos do Parque Flamboyant.....	11
Figura 7. Tabela de Atribuição de Valor de NCA de acordo com a caracterização do questionário.....	12
Figura 8. Faixa Etária dos Respondentes.....	14
Figura 9. Grau de Instrução dos Respondentes	15
Figura 10. Rendimento Mensal em Salários Mínimo.....	15
Figura 11. Gráfico Nível de Consciência Ambiental dos Respondentes	16
Figura 12. Tabela de Exemplos de Respostas para validação do NCA.....	17
Figura 13. Disposição a Pagar dos Respondentes	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMMA – Agência Municipal de Meio Ambiente

NCA – Nível de Consciência Ambiental

DAP – Disposição a Pagar

MAC – Método de Avaliação Contingente

1 INTRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza nem sempre se mostrou conflituosa. No início a ação humana se limitava à aquisição de alimentos e baseava-se em uma exploração de subsistência. Contudo, como o findar do século XX e o incremento científico e tecnológico, além dos avanços na produção industrial a intervenção antrópica no meio ambiente direcionou as zonas negativas de degradação (GONÇALVES, 2008).

Carvalho (2003) contextualiza que:

“O dinamismo da civilização industrial introduziu radicais mudanças no Meio Ambiente físico. Essas transformações implicaram a formação de novos conceitos sobre o ambiente e o seu uso. A Revolução Industrial, que teve início no século XVIII, alicerçou-se, até as primeiras décadas do último século, nos três fatores básicos da produção: a natureza, o capital e o trabalho. Porém, desde meados do século XX, um novo, dinâmico e revolucionário fator foi acrescentado: a tecnologia. Esse elemento novo provocou um salto, qualitativo e quantitativo, nos fatores resultantes do processo industrial. Passou-se a gerar bens industriais numa quantidade e numa brevidade de tempo antes impensáveis. Tal circunstância naturalmente não se deu sem graves prejuízos à sanidade ambiental.”

A partir da intensificação dos danos ambientais, surge também a preocupação com a preservação e conservação dos recursos naturais. Para Mariano *et al.* (2011), a consciência pautada no “pensamento ecológico” sinaliza uma nova crise de visão do mundo, isso devido ao fato que o modelo econômico industrial desvencilhou o homem da natureza. Neste sentido, tem-se que o marco do discurso ambiental está ligado ao movimento ecológico que despontou ao final da década de 60 do século XX, quando o movimento social buscava condições para a sustentação da vida no planeta, ao passo que contestavam o modo de vida industrial.

Silva e Coutinho (2007) admitem que o nível de consciência ambiental de um povo pode ser avaliado no desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, culturais, econômicos, científicos e também éticos.

Ainda dentro desta análise do tenso vínculo antrópico-ambiental e a emergente e consolidada preocupação ecológica além da assimilação do nível de consciência ambiental, ressalta-se que as áreas verdes urbanas, e nesta perspectiva os jardins e parques municipais, além de áreas de recreação, configuram-se meios de significativa importância na sustentação de aspectos ambientais

oportunos. Tradicionais desde o início do desenvolvimento das cidades, os parques apresentam benefícios à qualidade de vida da população, além das funções ambientais, como a participação da melhoria na qualidade do ar e a preservação de nascentes (MIRANDA, 2011).

Afora os ganhos ambientais as áreas verdes sinalizam propensos benefícios econômicos. Sousa e Mota (2006) entendem que estudos de valoração econômica de áreas de recreação são de grande importância para subsidiar o processo de gestão das políticas públicas ambientais. Essas áreas são dotadas de benefícios socioambientais, aqueles que podem receber um valor nos mercados formais até aqueles imensuráveis, cujos quais exigem técnicas para estimar seus valores.

A Valoração Econômica de um Ativo Ambiental trata-se, em suma, de uma análise de valores. Identifica-se o valor monetário do ativo, revelando o quanto os cidadãos estão dispostos a pagar (DAP) por esse recurso ambiental, pela manutenção, ou ainda, o quanto se estaria disposto a aceitar (DAA) numa possível redução na sua quantidade ou qualidade (KUWAHARA e CANTAGALLO, 2009).

Os valores ambientais passam a ser pensados e identificados a partir da década de 70 quando, enfim, cai o paradigma que os recursos naturais são abundantes e inesgotáveis (MATTOS, 2006). Morgado *et al.* (2011) defendem que a gestão pública dos recursos naturais é problemática e por tanto, a valoração ambiental se torna útil para a tomada de decisões políticas na transferência de recursos.

Da concepção de um valor empregado aos bens ambientais localizados em áreas verdes urbanas e da caracterização do nível de consciência ambiental de uma população nas veredas da conservação e preservação dos recursos naturais, procura-se levantar a viabilidade da associação das duas estratégias. O valor atribuído a um ativo ambiental estaria diretamente ligado ao nível de consciência ambiental?

2 OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Verificar se a valoração de ativos ambientais, localizados Parque Municipal Flamboyant do município de Goiânia/GO, por meio da disposição a pagar, cresce proporcionalmente à elevação do nível de consciência ambiental de seus frequentadores.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimar o valor dos ativos ambientais de zonas de jardins, parques e áreas verdes de recreação, localizadas no Parque Municipal Flamboyant na cidade de Goiânia/GO, atribuído por seus frequentadores por meio da disposição a pagar;
- Levantar o nível de consciência ambiental dos frequentadores;
- Perceber a intensidade da relação entre o nível de consciência ambiental e a disposição a pagar pelo ativo ambiental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. CIDADE DE GOIÂNIA CAPITAL DE GOIÁS

A cidade de Goiânia, idealizada pelo urbanista Atílio Corrêa Lima, foi planejada como uma cidade jardim, aos moldes de Versalhes, Karlsruhe, Camberra e Washington, respeitadas as devidas analogias. Previu-se, no plano diretor original, a divisão do município em parques no intuito de preservar as matas ciliares, além de zonas e subzonas de atividades (ADORNO, 2002).

Da necessidade de melhoria na localização surge a indispensabilidade da mudança da capital do estado de Goiás, durante o governo Getúlio Vargas. A primeira capital goiana, Cidade de Goiás antiga Vila Boa, tinha sido escolhida quando a província era aurífera. Contudo, ficou evidente que a agropecuária passou a ser a atividade preponderante no desenvolvimento. Neste contexto, em 24 de outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da cidade de Goiânia, região geograficamente privilegiada e aprazível política e economicamente (IBGE, 2013 ; ADORNO, 2002)

O desenvolvimento urbano de Goiânia se deu no incremento da sua diversidade, tal como uma variabilidade de possibilidades de trabalho, de níveis de consumo, de papéis sociais e de proveniência de pessoas (OLIVEIRA, 2011).

Avanços nos índices de qualidade de vida começaram a ser percebidos a partir de quando as ações administrativas municipais também chegaram aos bairros periféricos. Afora os benefícios infraestruturais, como malha asfáltica e rede de água e esgoto, também iniciou-se os investimentos na preservação e melhorias ambientais. Vários parques foram criados e Goiânia passa a ser intitulada “Capital Verde” (SILVA e ALMEIDA, 2013).

Goiânia não recebeu do Instituto Brasil Américas o título de “Capital Brasileira com Melhor Qualidade de Vida” por acaso. Desde 2005, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma), transformada em Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) promove a preservação, conservação e manutenção do meio ambiente em Goiânia. Atualmente, nossa cidade possui 30 unidades de conservação localizadas em todas as regiões da capital que proporcionam lazer, educação ambiental, prática de esportes e contato com a natureza através da fauna e da flora encontradas nesses locais. (AMMA, 2013).

3.2 VALORAÇÃO AMBIENTAL

Crescente é o número de pesquisas no âmbito da valoração econômica dos recursos ambientais. E esse crescimento se dá, sobretudo, pela viabilidade da valoração na identificação de custos e benefícios, econômicos e sociais, individuais e coletivos relativos ao uso dos recursos ambientais. Deste modo, a valoração ambiental se constitui como uma variável que contribui na tomada de decisões dos agentes econômicos e políticos quanto ao manejo adequado dos bens e serviços ambientais, se tornando um mecanismo útil em diferentes níveis de gestão ambiental (EMBRAPA MEIO AMBIENTE, 2013).

Para se definir o valor econômico de um recurso ambiental, deve-se estimar o valor monetário deste em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia. Conforme Motta (1997), qualquer que seja a forma de gestão a ser desenvolvida por governos, organizações não-governamentais, empresas de qualquer segmento de atuação ou até mesmo famílias, o gestor tem que equacionar o problema de alocar um orçamento financeiro limitado, perante numerosas opções de gastos que visam consumo ou investimentos diferentes.

Na perspectiva de interromper a degradação dos recursos naturais antes que ultrapasse o limite da irreversibilidade, Souza (2010) entende que a valoração ambiental é essencial. Apreciada a questão poluidor-pagador verifica-se que na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81, em seu artigo 4º, inciso VII “visará [...] à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.” (BRASIL, 1981).

Os métodos de valoração ambiental são necessários uma vez que, mesmo inexistindo um mercado ambiental e que os bens e serviços ambientais não possam ser valorados monetariamente, estes não são gratuitos e a valoração seria um avanço em direção à sustentabilidade (SOUZA, 2010). Neste sentido esse autor entende que o grande mérito da valoração ambiental é precisamente a tomada de decisão benefícios de determinada atividade compensarão seus danos ambientais às gerações presentes e/ou às presentes e futuras e ao estabelecer um sistema adequado de compensação dos afetados, ou seja, contribuir com o desenvolvimento sustentável.

3.3 NÍVEL DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Inúmeras são as produções acadêmicas voltadas a estudos sobre as questões ambientais. Os cientistas se dedicaram nos últimos tempos, especialmente, às análises em áreas como a geografia, economia, sociologia e psicologia ambiental. Buscou-se o entendimento de motivações pessoais relativas às atitudes de preservação ou inércia frente a problemática ambiental (GONÇALVES-DIAS *et al.*, 2009).

Neste aspecto depara-se com o termo consciência ambiental. Gonçalves-Dias *et al.* (2009) definem consciência ambiental como a tendência de um indivíduo a se posicionar frente aos assuntos relativos ao meio ambiente de uma maneira favorável ou contrária. Desta maneira, supõe-se que pessoas com nível de consciência ambiental mais elevado tomariam decisões pautadas no impacto ambiental de suas posturas e ações.

Gonçalves-Dias *et al.* (2009) completam o conceito de consciência ambiental, citando mais duas definições:

“Schlegelmilch e outros (1996)¹ definem consciência ambiental como um construto multidimensional composto por elementos cognitivos, atitudinais e comportamentais. De acordo com Bedante e Slongo (2004)², pode-se mensurar o nível de consciência ambiental de um indivíduo de quatro maneiras. A forma mais usual consiste em fornecer opções entre proteção ambiental e interesses políticos e econômicos futuros, tais como aumento na taxa de emprego e crescimento econômico. Uma segunda maneira é fazendo questionamentos a respeito da percepção dos indivíduos quanto à poluição do meio ambiente. Pode-se também mensurar a consciência ambiental descobrindo se os respondentes, de alguma forma, estão engajados em alguma atividade em prol do meio ambiente. A quarta maneira se dá por meio de perguntas relativamente abstratas sobre danos globais ao meio ambiente.”

-
1. SCHLEGELMILCH, B. B; BOHLEN, G. M; DIAMANTOPOULOS, A. The link between green purchasing decisions and measures of environmental consciousness. *European Journal of Marketing*, v. 30, n. 5, p. 35-55, 1996.
 2. BEDANTE, G. N; SLONGO, L. A. O comportamento de consumo sustentável e suas relações com a consciência ambiental e a intenção de compra de produtos ecologicamente embalados. EMA – Encontro de Marketing, 1. Em: *Anais ...*, Atibaia, SP: Anpad, 2004.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa foi constituída em decorrência do aumento do número de unidades de conservação municipais na cidade de Goiânia e questionamentos acerca de valores atribuídos ao o ambiente e o nível de consciência ambiental dos usuários de parques na cidade. Seu objetivo principal permeou a busca pela analogia, ou não, do nível de consciência ambiental e a disposição a pagar pelos frequentadores de um parque municipal goianiense. Logo depois de uma revisão bibliográfica, foi feita uma investigação de campo com parâmetros estabelecidos, tal como a escolha da unidade de conservação Parque Municipal Flamboyant.

No intento de análise da relação entre o nível de consciência ambiental e a disposição a pagar por um ativo ambiental, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com os dados obtidos foi feita uma análise estatística simples e o uso de tabelas e gráficos.

Foi desenvolvido e aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, algumas questões visavam a caracterização do entrevistado, tal como, a faixa etária, sexo, escolaridade e atuação profissional e as indagações seguintes abrangiam temas como o conhecimento de meio ambiente e o valor que o usuário estaria disposto a pagar (Anexo).

Em virtude da inexistência de dados oficiais da AMMA que atestam um número real de frequentadores das unidades de conservação de Goiânia, optou-se pelas seguintes técnicas de amostragem: não probabilística, amostragem por julgamento, quando são eleitos elementos mais representativos da amostra de acordo com o julgamento pessoal do pesquisador e amostragem por conveniência, quando há a utilização de elementos mais disponíveis (FILHO, 2013). Neste aspecto, foram selecionados frequentadores disponíveis a responder o questionário com idade igual ou superior a 15 anos, levando ainda em consideração a equivalência na frequência dos sexo masculino e feminino. Os questionários foram aplicados nos dias 16 e 24 de outubro de 2013, configurando um domingo e um feriado municipal, respectivamente. Auferiu-se 100 questionários, sendo 50 entrevistados do sexo masculino e 50 entrevistados do sexo feminino.

4.1 ÁREA DE ESTUDO

4.1.1. Goiânia

O estudo foi realizado em um Espaço Livre (BRASIL, 1979), especificamente em jardins de um parque (BENINI e MARTIN, 2010) municipal da cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás. Dados do IBGE, em 2013, mostram que o município de Goiânia apresentava cerca de 1.302.001 habitantes em uma extensão territorial de 732,802 km.

Goiânia apresenta o clima tropical quente-úmido no verão e quente-seco no inverno, regulando o ar seco durante longo período do ano. Tem-se uma altitude de 749 m, a latitude corresponde a $-16^{\circ} 67'$ e a longitude $-49^{\circ} 25'$. O município está localizado no planalto central brasileiro com área aproximada de 739 km² (SIEG, 2013).

A topografia da região metropolitana goianiense é composta por 22 sub-bacias hidrográficas, desaguando todas nos ribeirões João Leite, Anicuns e Dourados que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte. De modo geral o solo é arenoso e ácido e a vegetação predominante é a de cerrado (MEIA PONTE.ORG, 2013).

No município são mantidos, pelo poder público municipal 30 unidades de espaço livre, dentre eles parques e bosques (AMMA, 2013). O mapa a seguir ilustra essas áreas e indica como estão divididas.

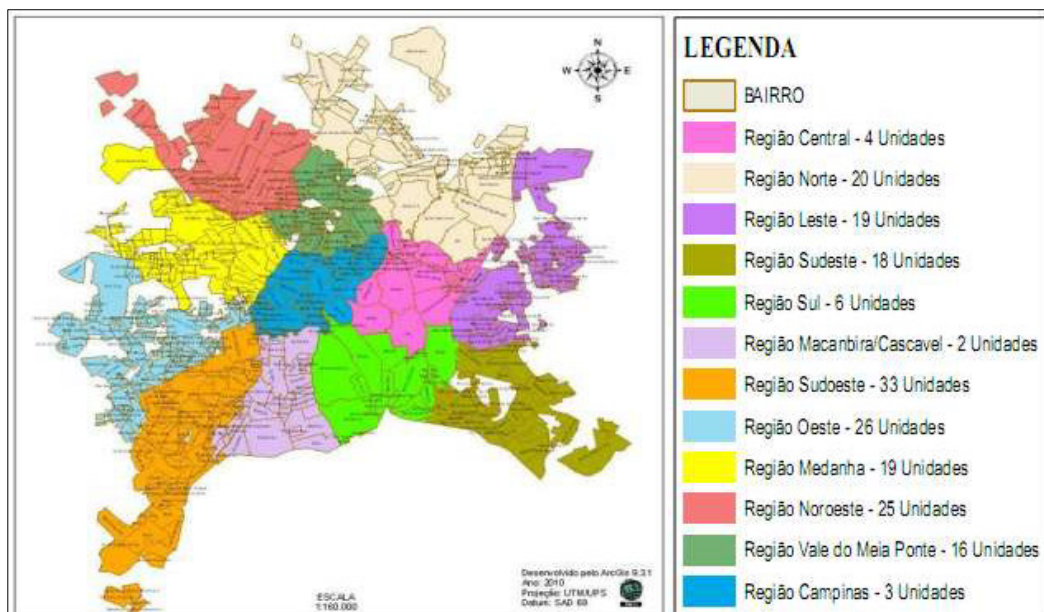


Figura 1. Mapa de localização dos Parques e Bosques do município de Goiânia.
Fonte: AMMA *apud* OLIVEIRA (2011)

4.1.2 Parque Municipal Flamboyant

O Parque Municipal Flamboyant Lourival Louza, mais conhecido, sinteticamente, entre os munícipes como Parque Flamboyant está localizado em uma região nobre da capital goianiense, contudo o uso de suas dependências é democrático e pode se encontrar moradores das diversas regiões da cidade. Observa-se frequentemente usuários em atividades de lazer como piquenique, apresentações culturais (teatro, música), ciclismo, skatistas, patinistas, caminhadas, crianças no parquinho infantil, ginástica, ioga, namoro, futebol, voleibol, peteca, jogos de carta, contemplação, descanso e leitura (PRADO e ARRAIS, 2011)

O parque em estudo foi criado na intenção de recuperar uma área de preservação permanente do Jardim Goiás pertencente ao, já desativado, Automóvel Clube de Goiás, além disso foi pensada a recomposição da área associada ao lazer e à melhoria da qualidade de vida. No local encontra-se a nascente do Córrego Sumidouro afluente da margem direita do Córrego Botafogo (OLIVEIRA, 2011).

“A edição do jornal O Popular, de 09 de fevereiro de 2000, traz uma matéria sobre a existência e desapropriação da área do Automóvel Clube de Goiás. Segundo o jornal era uma das poucas áreas verdes do Jardim Goiás, que resistiram à especulação imobiliária. É um dos clubes mais antigos de Goiânia, foi fundado por intelectuais e por políticos goianos em 1962, com uma área de 87.332,00 m² Encontrava-se poluída e depredada, por isso o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e Ambiental de Goiânia, solicitou o tombamento da área. O Decreto de nº 158, assinado pelo ex-prefeito Nion Albernaz, tombou a referida área no dia 24 de janeiro de 2000 (OLIVEIRA, 2011).

Inaugurado em 2007 com uma área de 125.572.71 m² e situado entre as ruas 15,12, 46, 55, 56 e a Avenida H do Jardim Goiás, região sudeste da capital, o Parque Flamboyant possui dois lagos com fonte luminosa, ponte de madeira, mirante, parque infantil, ciclovia, pista de cooper, estação de ginástica, caminhos internos e um jardim japonês. Sua flora abriga remanescentes de veredas, com buritis e outras árvores nativas do cerrado. O acesso é livre diuturnamente e a entrada não é cobrada (AMMA, 2013).



Figura 2. Localização de Goiânia no Estado de Goiás

Fonte: Wikipédia (2013)

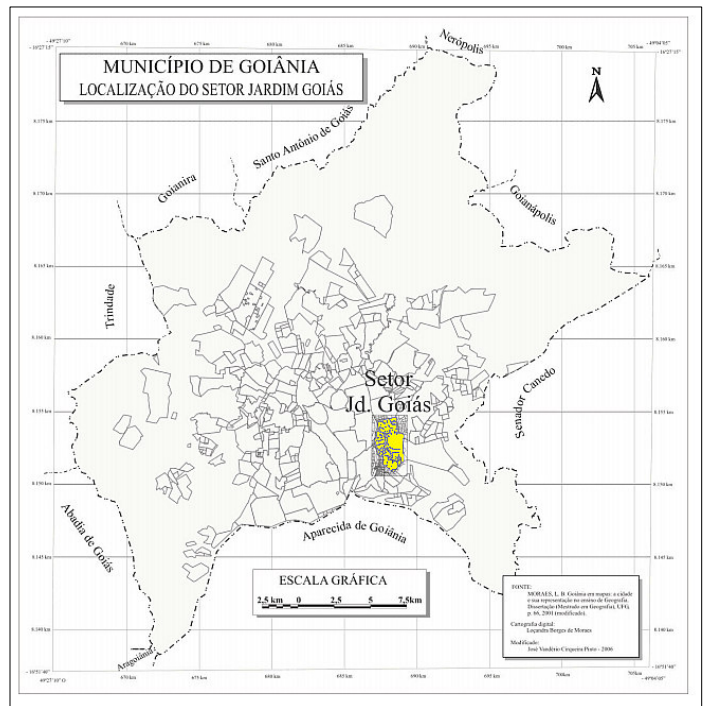


Figura 3. Localização do Setor Jardim Goiás no Município de Goiânia

Fonte: Correa (2006)



Figura 4. Vista por Satélite do Parque Flamboyant

Fonte: Google Maps (2013)



Figura 5. Vista aérea do Parque Flamboyant
Fonte: EMPRESA ROSSI (2013)



Figura 6. Vista de um dos lagos do Parque Flamboyant
Fonte: CORREA (2006)

4.2 . Nível de Consciência Ambiental (NCA)

Para se estabelecer parâmetros que permitissem a avaliação do nível de consciência ambiental foi utilizada a metodologia baseada na interação sócio-ambiental apontada por Josiane Lopes e replicada por Silva e Coutinho (2007).

“prevê a possibilidade de avaliar os níveis de consciência de uma sociedade através de práticas contemplativas e comunicativas, que devem expressar os mais profundos pensamentos humanos na interação com seu meio.”

Os questionários foram avaliados seguindo a escala proposta por Silva & Coutinho (2007), ressaltando a adaptação da escala para um ambiente não escolar e para questionados sem idade restrita a um grupo específico, exceto a restrição de respondentes com idade igual ou superior a 15 anos. A proposta usada para avaliação segue os seguintes valores:

Figura 7. Tabela de Atribuição de Valor de NCA de acordo com a caracterização do questionário.

Valores para o NCA	Características dos Questionários
0	Questionário que em momento algum expressou qualquer relação com a idéia principal do tema, ou aquele que deixou claro que o respondente não demonstrou o mínimo interesse pelas questões propostas, deixando-as sem resposta, por exemplo;
1	Respostas que demonstraram que o respondente possui um entendimento vago dos assuntos tratados, ou seja, ele usa palavras chaves mas não consegue expressar claramente a sua idéia de Meio Ambiente, não se inserindo neste contexto;
2	Respostas que demonstraram ter uma visão já melhor formada sobre o conceito de Meio Ambiente, mas ainda não percebem a importância do mesmo para a continuidade da vida e não se inserem na composição deste Meio;
3	Resposta que além de apresentar uma opinião formada sobre o que é Meio Ambiente, na grande maioria correta e adequada para a capacidade da sua faixa etária, compreende que faz parte do Meio Ambiente e que uma agressão ao Meio será uma agressão a ele próprio;
4	Questionário que parece superar as idéias básicas sobre Meio Ambiente entre outros respondentes com sua faixa etária, ele mostra-se muito interessado com os problemas ambientais do mundo, além disso propõe maneiras de melhorar a qualidade no meio onde vive através de práticas simples mas importantes na coletividade, dando a idéia de sustentabilidade.

4.3 Disposição a Pagar (DAP)

O Método de Avaliação Contingente (MAC) permite mensurar os benefícios proporcionados pelos serviços naturais em função de variáveis socioeconômicas, comportamentais e atitudinais dos seus usuários, em que as pessoas revelam suas preferências, formando assim, um mercado hipotético para o bem ou serviço natural. É utilizado na tomada de decisões em políticas públicas e ambientais, e é o único método capaz de captar valores de existência para bens e serviços ambientais. Como o MAC se vale de um questionário para a obtenção de valores de bens, desprovidos de mercado, cria-se um mercado hipotético. Neste suposto mercado o consumidor é contingenciado a respeito de um cenário sugerido, quando então, são captadas as preferências do consumidor por um bem ou serviço ambiental. Quanto mais próximo às experiências reais for o cenário, mais preciso será o método (SILVA *et al.*, 2011).

Mitchell e Carson(1989) *apud* Silva *et al.* (2011) levantam três elementos na elaboração do questionário, afim de que o cenário se aproxime ao máximo do mercado real, são eles: I - a pesquisa deve ser constituída de uma descrição detalhada do bem; II - é preciso definir algum tipo de questão na entrevista que revele a Disposição a Pagar (DAP) do indivíduo do bem em questão; III - é preciso também levantar outras variáveis socioeconômicas e as informações adicionais com relação ao problema em estudo.

“Portanto, o MAC busca estimar o valor de um ativo a partir da mínima quantia que uma pessoa está disposta a receber, para ser compensada por um decréscimo na provisão de um bem (disposição a receber – DAR), ou da máxima quantia que uma pessoa estaria disposta a pagar para um incremento na provisão de um bem (DAP). A máxima (mínima) DAP (receber) é, muitas vezes, essencial para a construção de políticas públicas, pois revela as preferências das pessoas em relação aos recursos naturais.”

Na finalidade de se avaliar a DAP, como uma das ferramentas do método de valoração contingente, dos entrevistados foram utilizadas as questões propostas e utilizadas por Hildebrand *et al.* (2002). Por tanto, foi feita uma adaptação de localidade e realidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa não teve o intento de se perfazer uma verdade absoluta por se tratar entendimentos subjetivos, uma vez que considera o *eu* e o *outro* nas relações do ser humano diante da natureza. Buscou-se, por meio dos questionários, aplicar a teoria exposta na primeira parte deste trabalho.

Os dados levantados, por meio dos questionários e dispostos no Gráfico a seguir (Figura 8), apontam que a maior frequência, 50% dos respondentes, encontram-se na faixa etária de 26 a 35 anos, ou seja, a grande maioria são adultos jovens.

Resultados semelhantes foram observados por Arruda e Nunes (2010), Bosa e Silva (2011) e Gagetti e Topa (2011). Todos estes autores visualizaram a frequência nos parques mais significativa de adultos jovens com uma variação de 20 a 40 anos.

Segundo Silva (2008), as praças e áreas verdes apresentam grande importância nas cidades, e são frequentadas por pessoas de todas as idades e classes sociais, e fornecem recreação, lazer e uma vida mais saudável.

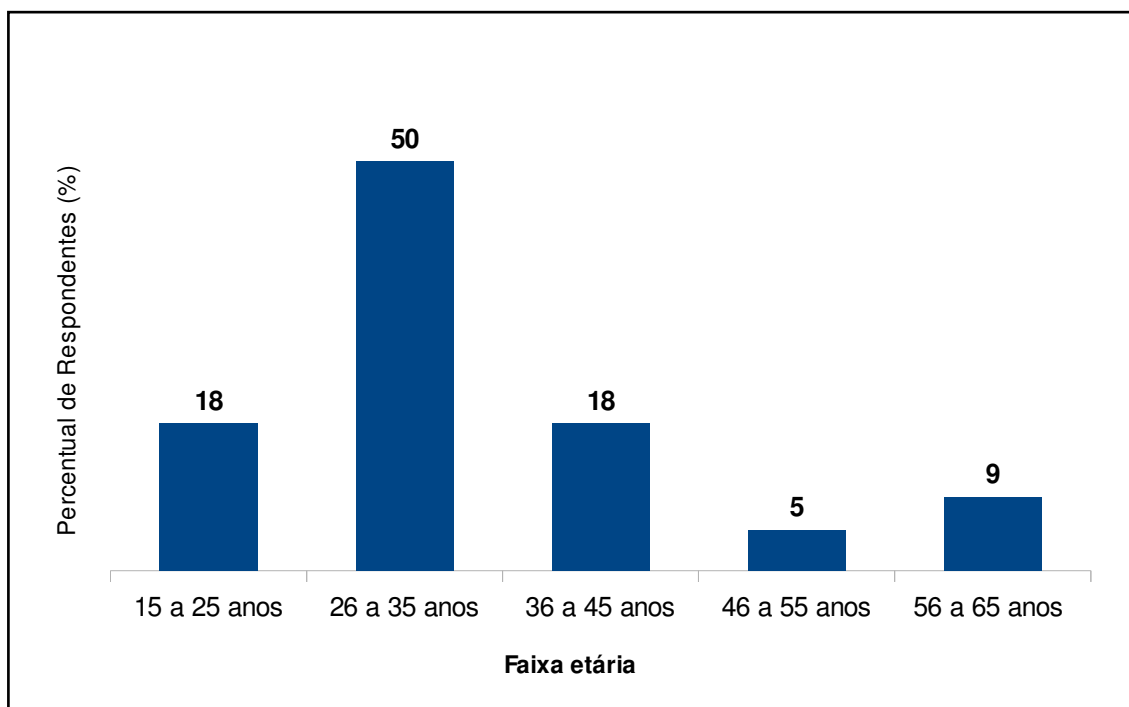


Figura 8. Gráfico Faixa Etária dos Respondentes

O resultado apresentado no gráfico abaixo (Figura 9) avalia o nível de escolaridade dos entrevistados. Nota-se que a 46%, possuem grau de instrução equivalente à especialização, 18% graduação, 27 % ensino médio e 9% com mestrado.

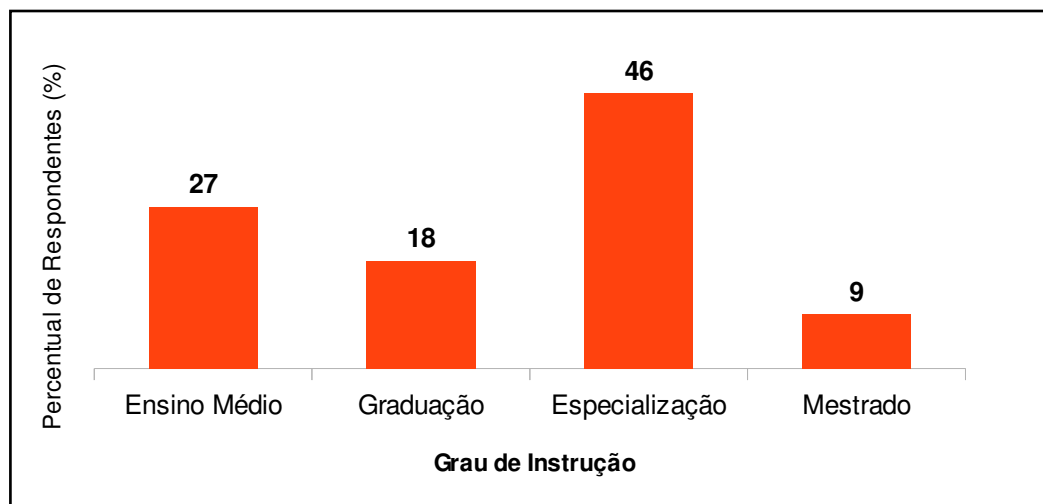


Figura 9. Gráfico Grau de Instrução dos Respondentes

Quanto à renda mensal dos entrevistados, 43% destes percebem mais de três até cinco salários mínimo por mês. Cabe ressaltar que 22 % tem renda mensal de um a dois salários-mínimos.

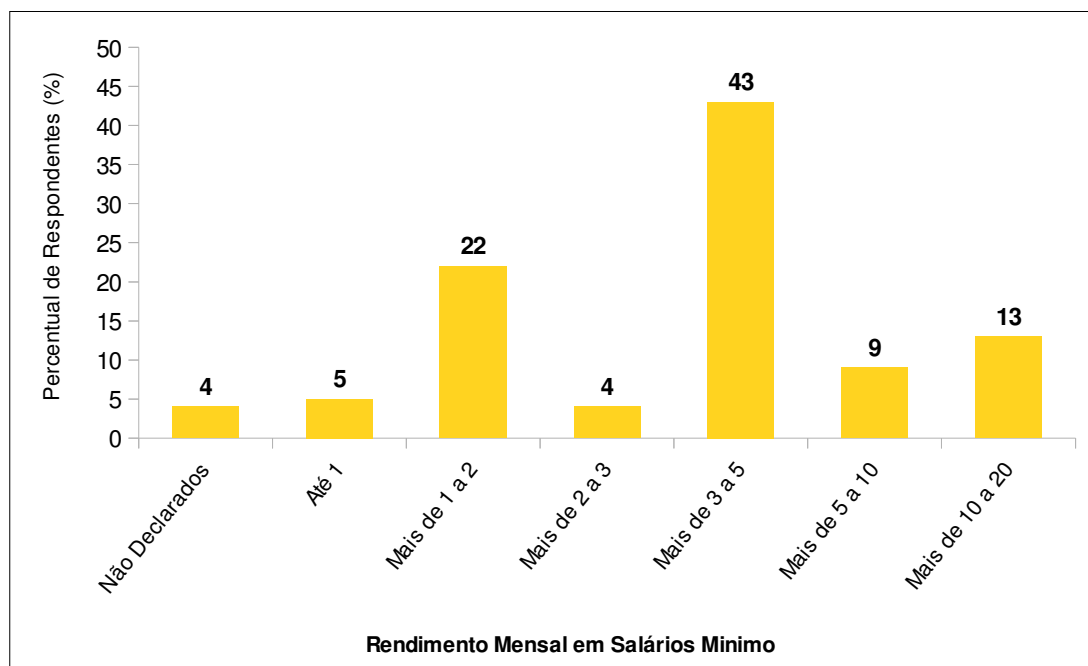


Figura 10. Gráfico Rendimento Mensal em Salários Mínimo

Em relação aos dados específicos que nortearam a análise do objetivo principal desta pesquisa, as respostas apresentadas nos 100 questionários aplicados demonstram que 50% destes entrevistados apresentam Nível de Consciência Ambiental (NCA) igual a três, índice pouco acima dos 41% de entrevistados que apresentam NCA igual a quatro, valores estes muito distantes dos 9% de visitantes do parque nas datas apontadas com NCA igual a dois. Estes dados podem ser verificados no Gráfico da Figura 11.

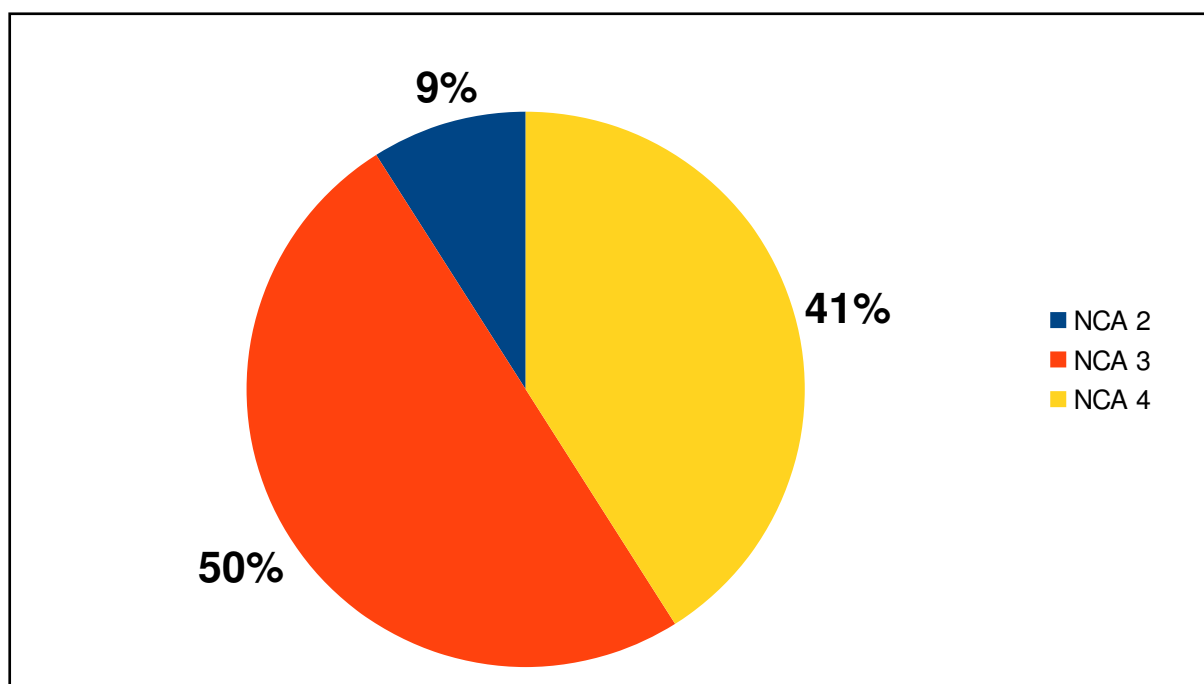


Figura 11. Gráfico Nível de Consciência Ambiental dos Respondentes

A inferência destes índices de NCA foi possível a partir da análise das respostas às perguntas sobre Meio Ambiente dos questionários (Anexo).

Como modelos de respostas que sinalizaram a validação do NCA dos questionários temos os seguintes exemplos:

Figura 12. Tabela de Exemplos de Respostas para avaliação do NCA

NCA	PERGUNTAS			
	O que é Meio Ambiente?	Como estão os rios e áreas verdes de Goiânia?	Você faz parte do Meio Ambiente?	Qual a sua contribuição para melhorar o Meio Ambiente?
2	Vida! Espaço para viver bem, seja no trabalho, ou em casa. Numa praça ou parque.	Acredito que estão precisando de cuidados apesar de ter uma quantidade razoável.	Faço pouco, mas dentro desse pouco procuro separar os lixos e aproveitar o que for preciso para não agredir a natureza e o ar que respiramos	Colocar lixos nos lugares corretos, e separando os mesmo em minha casa.
3	É, basicamente, onde estamos e com quem (ou o que) interagimos. É um conjunto entre o eu e o outro ser vivente, eu e o outro ser vivente com os elementos naturais (ar, terra, água)... É tudo o que nos rodeia...	Os rios principais da cidade são todos poluídos, as áreas verdes é praticamente só nos arredores da cidade, e cheias de entulhos, os parques existentes nos centros da cidade são poucos comparado ao tamanho da cidade.	Integralmente	Educação e respeito acima de tudo. Envolve não jogar lixo nos rios, praças ruas, reciclar lixo produzido etc...
4	considero como sendo todas as coisas que temos no planeta terra, seres vivos, água, terra, montanhas, seres vivos ou não fazem parte do que chamamos de meio ambiente.	Goiânia é uma das cidades brasileiras mais bem arborizadas, com grande número de árvores tanto em vias públicas como em áreas verdes. Há, entretanto, a necessidade de uma maior atenção na manutenção dessas áreas. Já em relação aos rios, estes estão muito poluídos, com destaque para o Rio Meia Ponte.	Os seres humanos, como qualquer outro animal, faz parte do meio ambiente. Mas agimos como se ele existisse apenas para satisfazer nossas necessidades.	Praticando o consumo consciente, separação dos resíduos, redução no consumo de energia e água e respeito às outras formas de vida.

A partir dos dados expressos, pode-se, com as devidas ressalvas de amostragem, afirmar que os visitantes entrevistados possuem índice de NCA de mediano a alto, pois a maioria apresentou respostas suficientes para enquadramento em NCA três ou quatro. Significativa parcela das

respostas vislumbram a integração de qualquer ser humano no meio ambiente, enquanto ser vivo ou animal. E grande parte dos entrevistados apontam o emprego de importantes ações para contribuir com a preservação ambiental.

Nesse contexto, o comportamento ambiental do indivíduo é sugestionado pelos conceitos e informações percebidas no ambiente. A partir da conscientização ambiental, nota-se a mudança de comportamento das atividades em relação ao meio ambiente. A consciência ambiental é fundamentalmente uma questão de educação. (BERTOLINI e POSSAMAI, 2005)

Para Bertolini & Possamai (2005), as pessoas ambientalmente conscientes transformam suas atitudes, reconhecem sua parcela de responsabilidade na problemática ambiental e se empenham a encontrar as devidas soluções. Aqueles que possuem consciência ecológica utilizam recursos ambientais de forma sustentável, garantindo os recursos das gerações futuras.

A pensar no possível alcance destes índices de consciência ambiental à expressiva parcela da população frequentadora de parques de Goiânia, visualiza-se frente a um eloquente grau de conscientização ambiental da cidade.

No tocante à Disposição a Pagar (DAP) os frequentadores do Parque Municipal Flamboyant se mostraram predominantemente avessos à hipótese de pagar qualquer importância para usufruir do parque. Nota-se a clarividente repulsa quando da verificação de apenas 5% de pessoas dispostas a remunerar e 95% dos entrevistados contrários ao pagamento de qualquer taxa.

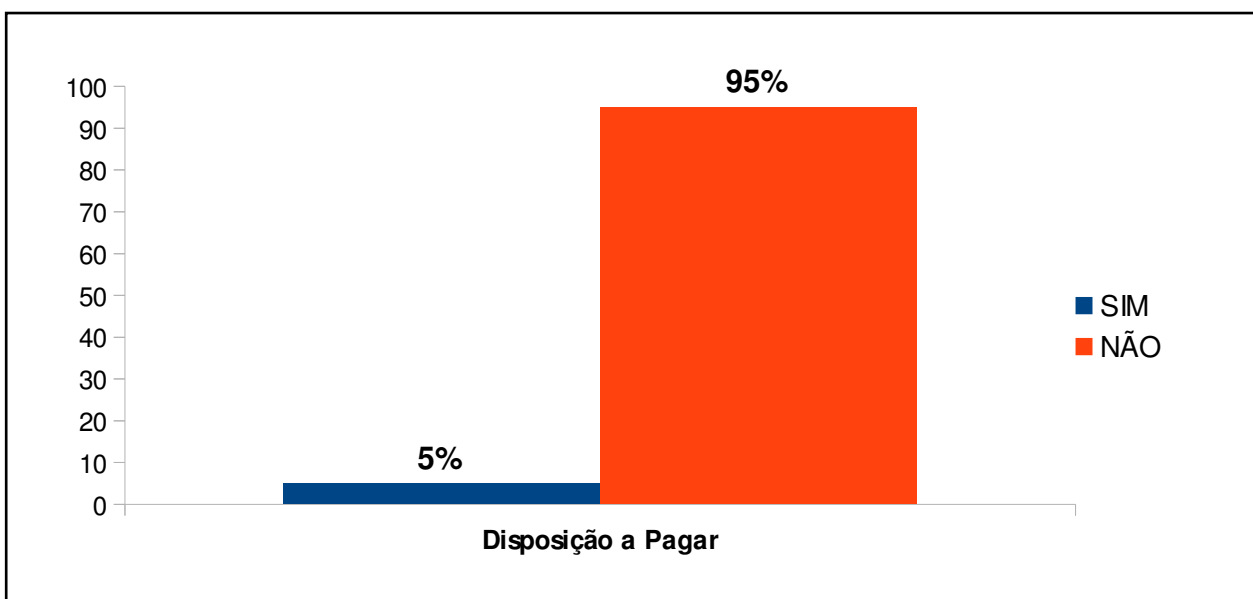


Figura 13. Gráfico Disposição a Pagar dos Respondentes

Dentre os valores citados pelos entrevistados dispostos a pagar pelo usufruto do Parque Flamboyant (5%) tem-se a indicação da quantia de R\$ 5,00.

A recusa dos entrevistados ao pagamento está ligada a ideia de criação de mais uma taxa. Conforme resultado semelhante obtido por Lopes (2007) em sua análise na Lagoa da Conceição em Florianópolis, os entrevistados reagem a esta pergunta, referenciando que já contribuem com muitas taxas e/ou impostos e que o governo, nas suas diversas esferas de atuação deveria manter o recurso natural de acordo com o apropriado para o bem-estar da população.

Lopes (2007) cita ainda alguns trabalhos relacionados à Disposição a Pagar por ativos ambientais de outras localidades do mundo e os índices não fogem à realidade da presente pesquisa. Em Valência, na Espanha, 56% de respondentes não apresentam DAP; em Eastbourne na Inglaterra 80% dos pesquisados não estão dispostos a pagar, pois alegam que a praia é um bem público e o controle da poluição e limpeza é responsabilidade do governo. Já na bacia do Rio Catawaba – Carolina, USA, 31 % dos entrevistados não se declararam favoráveis a um plano de manejo através da DAP (DEL SAZ SALAZAR e MENDEZ, 1999 e KING, 1995 *apud* LOPES, 2007). Hildebrand (2002) constatou que 80% dos moradores de Curitiba também não se mostraram dispostos a pagar pelo uso de um parque municipal, percentual este que justifica sua negativa nas alegações que os impostos pagos deveriam cobrir as despesas e que é função do governo criar e manter áreas de recreação.

Dada a exposição dos dois dados, NCA e DAP dos entrevistados, nota-se que um índice não está diretamente ligado ao outro, ou seja, a Disposição a Pagar dos entrevistados não cresce com o incremento do Nível de Consciência Ambiental destes. Uma vez que 91% dos entrevistados apresentam NCA igual ou superior a 3 e 95% se demonstrou sem disposição a pagar pelo usufruto do parque.

Dos cinco entrevistados que disseram sim à DAP todos apresentaram NCA equivalente a 3. Enquanto os 41 entrevistados que apresentaram NCA equivalente a 4 não se mostraram dispostos a pagar.

Lopes (2007) apresenta resultado semelhante quando em seu trabalho apresenta correlação próxima da nulidade (0,37) no que diz respeito às variáveis Disposição a Pagar e Conhecimento Ambiental.

6 CONCLUSÃO

Por meio do estudo feito em um universo amostral de 100 visitantes do Parque Municipal Flamboyant na Cidade de Goiânia, nos dias 16 e 24 de outubro de 2013, constatou-se uma maior incidência de jovens adultos (50%), com faixa etária compreendida entre 26 e 35 anos. Verificou-se, ainda, que 43% dos entrevistados detém uma renda mensal entre três e cinco salários-mínimos e 46% possuem grau de instrução equivalente a especialização.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que a maioria (91%) dos entrevistados apresentam NCA igual ou superior a 3, portanto, compreendem bem o ambiente e a sua dinâmica frente ao modelo socioeconômico vigente. Estes frequentadores são resistentes ao pagamento para usufruir o parque, 95%, pois associam o pagamento à cobrança de taxas e impostos do governo.

Nestas circunstâncias é possível concluir que a disposição a pagar pelo ativo ambiental, ressalvadas as deficiências amostrais, não cresce proporcionalmente com a elevação do nível de consciência ambiental dos frequentadores do Parque Flamboyant em Goiânia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R C. F. Apontamentos sobre qualidade de vida, lazer e violência: carência de espaços de lazer estimula a violência. In: **Lazer, cidadania, meio ambiente**. v. 3, n. 9. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2002.

AMMA – AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – **Goiânia**. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/apresentacao.shtml>. Acesso em 15/07/2013.

ARRUDA J. L.; NUNES, J. R. S. Perfil socioeconômico dos frequentadores do Parque Estadual Massairo Okamura, 2007. **Revista Extensão em Foco**, Curitiba, n. 5, p. 121 – 129, 2010.

BENINI, S. M; MARTIN, E. S. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação (online)**, v. 2, n. 17, p. 63 – 80, 2010.

BERTOLINI, G. R. F; POSSAMAI, O. Proposta de instrumento de mensuração do grau de consciência ambiental, do consumo ecológico e dos critérios de compra dos consumidores. **Revista de Ciência & Tecnologia**, Piracicaba, v. 13 n. 25/26, p. 17 – 25, 2005.

BOSA, C. R SILVA, M. P Perfil dos visitantes do Parque Barigui, Curitiba, PR. **Monografias Ambientais**, v. 4 n. 4, p. 848 – 865, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 19457, 20 dez., 1979.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus afins, mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 02 set., 1981.

CARVALHO, C. G. **O que é Direito Ambiental: Dos Descaminhos da Casa à Harmonia da Nave**. Florianópolis: Habitus, 2003.

CORREA, E. A. L. **Descentralização e formação de novas centralidades em Goiânia**: o caso do Setor Jardim Goiás. 70 f. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2006.

EMBRAPA MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br> . Acesso em 23/10/2013.

EMPRESA ROSSI. Disponível em: <http://www.rossiresidencial.com.br/imoveis-a-venda/goias/goiania/jd-goias/parque-flamboyant-56/379>. Acesso em 31/10/2013.

FILHO, L. M. A. L. **Amostragem** – UFPR. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~luiz/CPEI/Aula10.pdf> . Acesso em 20/09/2013.

GAGETTI, B. L; TOPA, R. H. Caracterização do perfil e avaliação da percepção ambiental de moradores do entorno e usuários do parque municipal Agua Vermelha “João Cândio Pereira”, Sorocaba, SP. X Congresso de Ecologia do Brasil, 16 a 22 de Setembro de 2011, São Lourenço – MG.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://maps.google.com.br/>. Acesso em 21/10/2013.

GONÇALVES, J. C. Homem – natureza: uma relação conflitante ao longo da história. **Revista Saber Acadêmico** – Uniesp, n. 6, p. 171 – 177, 2008.

GONÇALVES–DIAS, S. L.F; TEODÓSIO, A. S. S; CARVALHO, S; SILVA, H. M. R. Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de administração.. **Revista Rae Eletronica**, v. 8, n. 1, 2009.

HILDEBRAND, E; GRAÇA, L. R; HOEFLICH, V. A. “Valoração contingente” na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. **Revista Floresta**, Curitiba, v. 32 n. 01, p. 121 – 132, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=520870&search=goias|goiania>. Acesso em 17/07/2013.

KUWAHARA, M. Y; CANTAGALLO, N. P; SCOPEL, I; PEIXINHO, D. M; SOUZA, M. B. As possibilidades do ecoturismo em Paralheiros: Percepção ambiental e disposição a pagar pela não degradação. **Revista Jovens Pesquisadores – UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 10, p. 25 – 45, 2009.

LOPES, A. R. B. C. **Valoração ambiental aplicada à qualidade da água da Lagoa da Conceição – Florianópolis / SC**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARIANO, Z. F; SCOPEL, I; PEIXINHO, D. M; SOUZA, M. B. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 22, p. 158 – 170, 2011.

MATTOS, A. D. M. **Valoração ambiental de áreas de preservação permanente da microbacia do ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa, MG**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2006.

MEIA PONTE.ORG. Disponível em: <http://www.meiaponte.org/>. Acesso em 20/09/2013.

MIRANDA, D. V. Breve histórico das áreas verdes urbanas e sua funcionalidade ambiental e social na cidade de Belo Horizonte: estudo de caso do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado. In: SIMPURB: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12. 2011, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte: Departamento e/ou Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, 2011.p. 16.

MITCHELL, R.; CARSON, R. Using surveys to value public goods: the contingent valuation method. In: SILVA, W. S; PAIXÃO, A. N; ARAÚJO, A. F. V; PIKANÇO, A. P. Avaliação dos benefícios da coleta de lixo em Palmas, Tocantins: uma aplicação do método de avaliação contingente. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 141 – 148, 2011.

MORGADO, R. C; ABREU, L. M; RÉQUIA, W. J; ARAVÉCHIA, J. C. Valoração ambiental do Parque Ecológico de Usos Múltiplos de Águas Claras – DF: analisando a disposição a pagar dos usuários. **REA – Revista de Estudos Ambientais (online)**, v. 13, n. 2, p. 6 -17, 2011.

MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

OLIVEIRA, M. A. **Parque Flamboyant**: transformação da paisagem urbana em Goiânia / Goiás. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2011.

PAULA, M. R. **Percepção ambiental e gestão de recursos hídricos**: uma análise de parques de Goiânia na perspectiva das ciências ambientais e da saúde. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2010.

PRADO, D. A. R; ARRAIS, T. P. A. Espaços públicos de lazer em Goiânia: caso Parque Municipal Flamboyant Lourival Louza. In: VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Conpeex 2011 e VIII Seminário de Pós-Graduação da UFG – Mestrado. 2011, Goiânia. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/> . Acesso em 20/10/2013.

SIEG – SISTEMA ESTADUAL DE GEOINFORMAÇÃO. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acesso em 20/10/2013.

SILVA, C. A; ALMEIDA, M.G. “ Cidade das flores, capital verde, cidade dos parques” : Representações sociais e identidades conferidas à Goiânia. In: 14 EGAL: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima / Perú. Programação...: Lima / Perú: União Geográfica Internacional, 2013.

SILVA, J. C. M; COUTINHO, S. V. Nível de consciência ambiental em escolas como indicador de sustentabilidade. In: II Seminário sobre Sustentabilidade - FAE, 2007, Curitiba. Programação... : Curitiba: Grupo Bom Jesus – FAE, 2007.

SILVA, W. S; PAIXÃO, A. N; ARAÚJO, A. F. V; PICANÇO, A. P. Avaliação dos benefícios da coleta de lixo em Palmas, Tocantins: uma aplicação do método de avaliação contingente. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 141 – 148, 2011.

SOUSA, G. B; MOTA, J. A. Valoração econômica de áreas de recreação: o caso do Parque Metropolitano de Pitaçu, Salvador, BA. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 32, n.1 (ano 30), p. 37 – 55, 2006.

SOUZA, F. P. Aplicação de métodos de valoração ambiental como ferramenta para gestão de sistemas lagunares urbanos. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 2, p. 53-73. 2010.

Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A2nia>. Acesso em 21/10/2013.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Dados Pessoais:

Sexo: _____

Idade: _____

Estado Civil: _____

Principal Atividade: () Trabalhador(a) Formal () Trabalhador(a) Informal () Autônom(a)o
() Desempregad(a)o () Don(a)o de Casa () Aposentad(a)o () Estudante

Renda Média Mensal: R\$ _____

Grau de Instrução: _____

Erro! Não é possível representar o número no formato especificado.

Para você...

2. O que é Meio Ambiente?
2. Como estão os rios e áreas verdes de Goiânia?
- ♣ Você faz parte do Meio Ambiente?
- 4) Qual a sua contribuição para melhorar o Meio Ambiente?

A Prefeitura Municipal de Goiânia tem investido na execução de obras (Parques) que visam a melhoria da cidade (aspecto visual) e de qualidade de vida dos cidadãos (mais áreas verdes, espaço para recreação, qualidade ambiental). Entretanto, os custos para a manutenção destas áreas (limpeza, plantio, flores, segurança, etc.) e principalmente reposição de patrimônio depredado é altíssimo, inviabilizando a conservação adequada destes espaços. Neste sentido...

- 5) Você acha justo o pagamento de entrada para a visitação do Parque Flamboyant?

() SIM () NÃO

- 6) Se SIM, até quanto você estaria disposto a pagar de entrada para visitar o Parque Flamboyant?

Valor: R\$ _____